

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Paulista, 37 – 1º andar
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

A
Conselheiros e administradores do
Fórum Brasileiro de Segurança Pública
São Paulo – SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Entidade), compreendendo o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter a segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

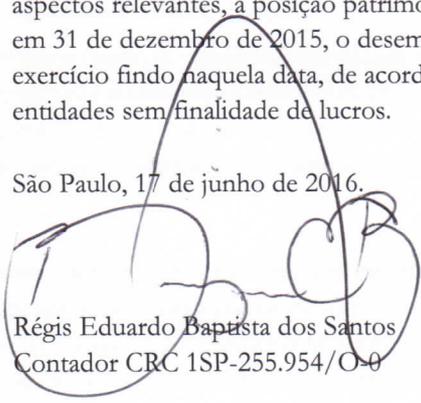
Base para opinião com ressalva**Trabalho voluntário**

A Entidade não reconheceu o trabalho voluntário dos membros integrantes dos órgãos da Administração como se tivesse ocorrido o respectivo desembolso financeiro, conforme requerido pelo parágrafo nº 19 da ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros. Estudos efetuados pela Administração indicam que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o valor justo desta prestação de serviço foi de R\$ 95.600. Consequentemente, as receitas e as despesas operacionais estão subavaliadas em R\$ 95.600.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

São Paulo, 17 de junho de 2016.



Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador CRC 1SP-255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

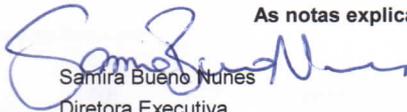
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

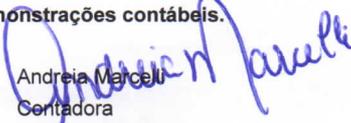
(Em reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.405.634	885.413
Contas a Receber	-	33.900	-
Impostos a recuperar	-	57.431	17.741
Despesas do exercicio seguinte	-	7.254	808
Outros créditos	-	9.546	-
Total do ativo circulante		<u>1.513.765</u>	<u>903.962</u>
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	10	44.703	40.608
Outros créditos	-	-	21.000
Imobilizado	5	46.732	34.843
Intangível	6	544	1.848
Total do ativo não circulante		<u>91.979</u>	<u>98.299</u>
Total do Ativo		<u>1.605.744</u>	<u>1.002.261</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


 Samira Bueno Nunes
 Diretora Executiva
 CPF: 347.397.468-40


 Andreia Marceli
 Contadora
 CPF: 135.692.438-77
 CT/CRC: 1SP213188/0-1

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

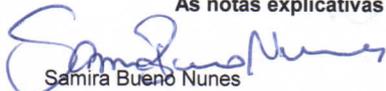
Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Em reais)

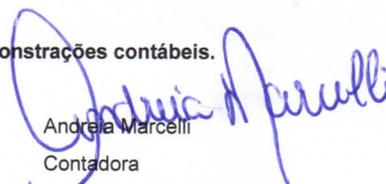
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Passivo circulante			
Fornecedores	-	19.169	21.857
Obrigações trabalhistas	7	126.708	42.448
Obrigações tributárias	-	23.826	16.419
Projeto Ministério da Justiça	8	335.503	-
Projetos a realizar	9	826.805	443.008
Total do passivo circulante		1.332.011	523.732
Passivo não circulante			
Provisão para demandas judiciais	10	244.697	240.602
Total do passivo não circulante		244.697	240.602
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	-	237.927	563.642
Déficit do exercício	-	(208.891)	(325.715)
Total do patrimônio líquido		29.036	237.927
Total do passivo e patrimônio líquido		1.605.744	1.002.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Samira Bueno Nunes

Diretora Executiva
CPF: 347.397.468-40


Andreia Marcelli

Contadora
CPF: 135.692.438-77
CT/CRC: 1SP213188/0-1

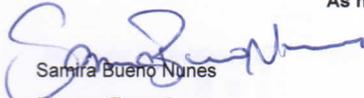
Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Em reais)

	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Receitas operacionais			
Com restrição			
Projetos privados	9	2.133.064	1.359.671
Projeto Ministério da Justiça	8	154.458	-
		<u>2.287.522</u>	<u>1.359.671</u>
Sem restrição			
Prestações de serviços	13	417.603	354.252
Anuidade	-	88.029	44.417
Doações	12	313.055	169.770
Receitas financeiras	16	75.408	35.017
		<u>894.095</u>	<u>603.456</u>
Total de receitas operacionais		<u>3.181.617</u>	<u>1.963.127</u>
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	14	(857.572)	(756.262)
Despesas gerais e administrativas	15	(2.500.751)	(1.321.602)
Despesas tributárias	-	(1.898)	(3.434)
Provisão para demandas judiciais	10	-	(199.994)
Despesas financeiras	16	(30.286)	(12.812)
Outras despesas / receitas operacionais	-	-	5.262
Total de despesas operacionais		<u>(3.390.507)</u>	<u>(2.288.842)</u>
Déficit do Exercício		<u>(208.891)</u>	<u>(325.715)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


 Samira Bueno Nunes
 Diretora Executiva
 CPF: 347.397.468-40


 Andreia Marcell
 Contadora
 CPF: 135.692.438-77
 CT/CRC: 1SP213188/0-1

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	551.908	11.734	563.642
Transferência do superávit acumulado do exercício anterior	11.734	(11.734)	-
Déficit do exercício	-	(325.715)	(325.715)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	563.642	(325.715)	237.927
Transferência do déficit acumulado do exercício anterior	(325.715)	325.715	-
Déficit do exercício	-	(208.891)	(208.891)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	237.927	(208.891)	29.036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Samira Bueno Nunes
Diretora Executiva

CPF: 347.397.468-40


Andriela Marcelli
Contadora

CPF: 135.692.438-77

CT/CRC: 1SP213188/0-1

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

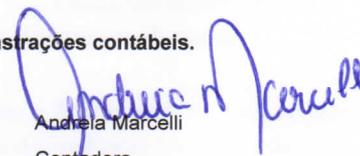
Demonstrações do Fluxo de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(208.891)	(325.715)
Ajustes por:		
Depreciações/amortizações	16.274	14.221
Provisões pra demandas judiciais	4.095	199.994
Déficit ajustado	<u>(188.522)</u>	<u>(111.500)</u>
Aumento (Diminuição) nos Ativos		
Contas a receber	(33.900)	19.662
Impostos a recuperar	(39.690)	-
Despesas do exercício seguinte	(6.446)	(8.841)
Outros créditos	11.454	-
Depósitos Judiciais	(4.095)	-
Aumento (Diminuição) nos Passivos		
Fornecedores	(2.688)	2.961
Obrigações trabalhistas	84.260	532
Obrigações tributárias	7.407	13.819
Projeto Ministério da Justiça	335.503	(160)
Projetos a realizar	383.797	211.208
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>547.080</u>	<u>127.681</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(Adições)/baixas de bens para o ativo imobilizado	(26.859)	1.904
Caixa líquido (consumido pelas) gerado atividades de investimento	<u>(26.859)</u>	<u>1.904</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>520.221</u>	<u>129.585</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	885.413	755.828
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.405.634	885.413
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>520.221</u>	<u>129.585</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Samira Bueno Nunes
Diretora Executiva
CPF: 347.397.468-40


Andreia Marcelli
Contadora
CPF: 135.692.438-77
CT/CRC: 1SP213188/0-1

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (Valores expressos em reais)

1. Contexto operacional

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (“Entidade” ou “Fórum”) é uma associação de direito privado, apartidária, sem fins lucrativos e com fins não econômicos, de âmbito nacional, tendo como objetivo social a promoção da paz, da cidadania e dos direitos humanos, por meio de ações que facilitem o intercâmbio e a difusão de ideias e conhecimentos para o aperfeiçoamento da organização policial, das práticas policiais e dos serviços de segurança pública no Brasil, a fim de promover a redução da criminalidade, da violência e da sensação de insegurança da sociedade.

Para cumprimento de seu objetivo social, o Fórum observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, sem qualquer discriminação de etnia, cor, sexo, opção sexual, região ou religião, podendo desenvolver as seguintes atividades:

- manutenção da Entidade como um espaço institucional para a colaboração continuada entre policiais, gestores, pesquisadores e lideranças sociais comprometidos com o tema da segurança no Brasil;
- realização de pesquisas e estudos na área da atuação policial e das políticas e programas de segurança no Brasil;
- produção e edição de publicações, manuais e materiais didáticos relacionados à sua missão;
- realização de cursos, oficinas e outras iniciativas adequadas à disseminação no plano nacional de conhecimentos e práticas inovadoras e eficazes na área da segurança pública, em especial nas atividades de policiamento;
- articulação de parcerias com entidades de direito público e privado na área de atuação da Entidade;
- outras atividades que se mostrem adequadas para a realização dos objetivos gerais do Fórum ao longo da sua atuação.

2. Base para apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros" ("ITG 2002 (R1)"), combinada com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no. 1.255/09, que aprovou a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ("NBC TG 1000 (R1)").

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada em razão de não existirem valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o déficit do exercício é igual ao déficit abrangente total.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva em 17 de junho de 2016.

b) Imunidade tributária

A Entidade está cumprindo todos os requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional - CTN, o qual torna imunes as instituições que não distribuem os resultados e que aplicam seus recursos em território nacional. A Entidade também se enquadra na Lei nº 9.790/99 da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, regulamentada pelo Decreto nº 3.100/99, a qual permite a remuneração dos cargos de diretoria a valor de mercado.

c) Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1), a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), exceto sobre as receitas financeiras;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- PIS sobre as receitas, havendo incidência do PIS sobre folha de pagamento.
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais com centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros foram contabilizados e estão sendo apresentados conforme disposições integrais da Seção 11 e Seção 12 da NBC TG 1000 (R1).

Reconhecimento e mensuração

A entidade reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos ou passivos financeiros básicos são reconhecidos pelo custo da operação, a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Se o acordo constitui uma transação financeira, a Entidade avalia os ativos e passivos financeiros com base no valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros de mercado para instrumento de dívida semelhante.

A Entidade desreconhece (baixa) um ativo financeiro apenas quando (i) os direitos contratuais para os fluxos de caixa do ativo financeiro vençam ou sejam liquidados; (ii) a Entidade transfira para outra parte praticamente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro; (iii) a entidade, apesar de ter retido alguns riscos e benefícios relevantes da propriedade, transferiu o controle do ativo para outra parte e a outra parte tem a capacidade prática de vender o ativo na íntegra para terceiros não relacionados, e é capaz de exercer essa capacidade unilateralmente, sem precisar impor restrições adicionais à transferência.

A Entidade desreconhece um passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) apenas quando ele é extinto – ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é cumprida, cancelada ou expira.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, os quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado seguindo o regime de competência.

d) Estimativa para crédito de liquidação duvidosa

A Administração da Entidade considera que o saldo da conta cliente será totalmente recebido, sendo assim, optou por não registrar essa estimativa.

e) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de depreciação, na vida útil ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Os itens de ativo imobilizado que apresentam indícios de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

f) Intangível

Ativos intangíveis consistem em software de computador adquirido, reconhecido pelo custo, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada de cinco anos, utilizando-se o método linear.

g) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

h) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

i) Provisão para demandas judiciais

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

j) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

k) Patrimônio líquido

Representa o acréscimo dos superávits/déficits apurados anualmente desde de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

l) Apuração do resultado

O resultado foi apurado segundo o regime de competência.

Receitas com restrições

As receitas obtidas com a celebração e a execução de contratos entre entes públicos e privados e a Entidade, são registradas na conta projetos a realizar no passivo circulante e, na medida em que as atividades e ações previstas no plano de trabalho são executadas, as receitas são apropriadas em conta de resultado própria.

Receita sem restrições

As receitas sem restrições (prestação de serviços, anuidade e doações) são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato – valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Sem restrição	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	15.024	16.523
Bancos	56	46
Aplicações Financeiras	228.246	318.681
Total	243.326	335.250
Com restrição		
Bancos	45.592	7.352
Aplicações Financeiras	1.116.716	542.811
Total	1.162.308	550.163
Saldo Total	1.405.634	885.413

Os saldos de caixa e bancos são representados, principalmente, por contas-correntes mantidas em instituições financeiras nacionais.

As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras nacionais e refletem as condições usuais de mercado. São substancialmente compostas por aplicações de renda fixa remuneradas pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os recursos com restrição, referem-se aos recursos recebidos por meio de contratos firmados para a realização dos projetos descritos nas Notas Explicativas nº 8 e 9.

5. Imobilizado

a) Composição do Imobilizado

	Taxa anual de Depreciação -%	31/12/2015			31/12/2014		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Instalações	10	14.372	(7.699)	6.673	14.372	(6.262)	8.110
Máquinas e equipamentos	10	2.100	(1.982)	118	2.100	(1.702)	398
Moveis e utensílios	10	57.955	(23.608)	34.347	31.096	(19.021)	12.075
Equipamentos de informática	20	66.913	(62.296)	4.617	66.913	(53.960)	12.953
Equipamentos de telefonia	10	3.301	(2.324)	977	3.301	(1.994)	1.307
		144.641	(97.909)	46.732	117.782	(82.939)	34.843

O ativo imobilizado da Entidade está livre de garantias ou penhor.

b) Movimentação

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Instalações	14.372	-	-	14.372
Máquinas e equipamentos	2.100	-	-	2.100
Moveis e utensílios	31.096	26.859	-	57.955
Equipamentos de informática	66.913	-	-	66.913
Equipamentos de telefonia	3.302	-	-	3.302
	117.782	26.859	-	144.641
Depreciação				
Instalações	(6.262)	(1.437)	-	(7.699)
Máquinas e equipamentos	(1.702)	(280)	-	(1.982)
Moveis e utensílios	(19.021)	(4.587)	-	(23.608)
Equipamentos de informática	(53.960)	(8.336)	-	(62.296)
Equipamentos de telefonia	(1.994)	(330)	-	(2.324)
	(82.939)	(14.970)	-	(97.909)
Saldo líquido	34.843	11.889	-	46.732

6. Intangível

a) Composição do Intangível

	Taxa anual de amortização -%	31/12/2015			31/12/2014		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Softwares	20	12.039	(11.495)	544	12.039	(10.191)	1.848
		12.039	(11.495)	544	12.039	(10.191)	1.848

b) Movimentação

	Custo	Amortização	Total líquido
Saldo Inicial 31/12/14	12.039	(10.191)	1.848
Adições/amortização	-	(1.304)	(1.304)
Saldo Final 31/12/15	12.039	(11.495)	544

7. Obrigações trabalhistas

	31/12/2015	31/12/2014
Salários a pagar	2.076	-
INSS a recolher	28.941	14.572
FGTS a recolher	4.193	4.007
IRRF s/ rend. pessoa física	9.192	2.346
Férias a pagar	81.322	21.078
Outros impostos a taxas	984	445
Total	126.708	42.448

8. Projeto Ministério da Justiça

Durante o exercício de 2015, o Fórum Brasileiro firmou o termo de parceria nº 817.052/2015, denominado "Pesquisa e análise de dados vinculados ao campo da segurança pública e sistema penitenciário", executado em parceria com o Ministério da Justiça, com o objetivo de realizar um diagnóstico do atual cenário da produção de dados nas temáticas de segurança pública e sistema prisional em âmbito nacional, através do mapeamento das principais bases de dados, do diagnóstico dos setores de estatísticas e da elaboração de relatórios descritivos e analíticos com base em dados secundários.

Os valores de repasses recebidos e sua destinação estão demonstrados a seguir:

31/12/2015

No início do exercício	-
Repasses recebidos do Ministério da Justiça	489.961
Gastos com custeio das atividades	(154.458)
No fim do exercício	335.503

9 Projetos a Realizar

Por força dos contratos firmados para a realização de projetos, a Entidade está obrigada a cumprir determinados requisitos, os quais são periodicamente avaliados por meio de prestações de contas submetidas às instituições privadas. No caso de não cumprimento desses requisitos contratuais, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer na devolução dos recursos recebidos.

Os recursos provenientes dos contratos de projetos são contabilizados como receitas quando aplicados nos respectivos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela remanescente a ser aplicada nos projetos.

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua respectiva movimentação:

Projetos	Saldo inicial 31/12/2014	Adições de recursos	Utilização de recursos	Saldo Final 31/12/2015
Instituto Betty E J. Lafer (i)	32.005	60.606	(92.611)	-
OSF 23390 (ii)	-	769.401	(331.218)	438.183
Ford Foundation (iii)	-	497.080	(487.451)	9.629
Instituto Betty E J. Lafer (iv)	-	95.942	-	95.942
OSF 20269 (v)	-	75.807	(74.911)	896
OSF 21610 (vi)	-	163.787	(123.725)	40.062
OSF 13784 (vii)	-	537.150	(426.554)	110.596
OSF 08716/2013 (viii)	105.653	-	(105.653)	-
OSF 15237/2014 (ix)	14.600	-	(2)	14.598
OSF 16401/2014 (x)	290.750	-	(173.851)	116.899
INSTITUTO ARAPYAU	-	60.000	(60.000)	-
UNIVERSITY OF DELAWARE	-	93.690	(93.690)	-
OSF 17987/2014	-	145.206	(145.206)	-
OSF 21481/2014	-	18.140	(18.140)	-
Outros	-	-	(52)	-
Total	443.008	2.516.809	(2.133.064)	826.805

Os projetos em andamento da entidade visam a melhoria no setor da segurança pública através de pesquisa e fornecimento de dados para análises dos órgãos competentes, os projetos acima possuem os seguintes objetivos:

- (i) **Instituto Betty e J. Lafer** - Sistematizar e disseminar os esforços feitos pelo Governo do Estado de São Paulo na adoção de medidas de caráter incremental e de modernização das políticas de segurança pública e produzir texto balizador que será utilizado para o debate público e fortalecimento do argumento em favor da adoção de reformas estruturais da área.
- (ii) **OSF 23390** - Prestar assistência técnica ao Ministério da Justiça do Brasil para projetar, monitorar e avaliar a implementação de um Pacto Nacional pela Redução de Homicídios.
- (iii) **Ford Foundation** – Desenvolvimento e manutenção institucional da organização, por meio da continuidade das atividades de geração de conhecimento e do desenvolvimento de ações de planejamento, comunicação e inovação.

- (iv) **Instituto Betty e J. Lafer (2)** - Criar base de conhecimento sobre financiamento da segurança pública no Brasil e identificar possibilidades para o aperfeiçoamento da área, por intermédio de uma proposta de monitoramento, padronização e classificação contábeis capazes de dar mais eficiência ao gasto público.
- (v) **OSF 20269** – Reorganizar estrutura de governança do FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) para que se adeque ao novo contexto do país e ao novo momento institucional da organização.
- (vi) **OSF 21610** – Organizar uma Conferência Regional sobre a qualidade dos dados de homicídio na América Latina e no Caribe
- (vii) **OSF 13784** - Fortalecer o trabalho do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, principalmente através do desenvolvimento de seus produtos institucionais e atividades estratégicas, a fim de avançar a agenda de reforma da segurança pública no Brasil.
- (viii) **OSF 08716/2013** – Avaliar o impacto da política pública de segurança “Pacto pela Vida”, implementada no Estado de Pernambuco, Brasil.
- (ix) **OSF 15237/2014** - Criar uma rede de especialistas e gestores públicos da América Latina, a fim de formular recomendações para melhorar a qualidade dos dados de homicídios na região e propor padrões internacionais de qualidade dos dados.
- (x) **OSF 16401/2014** – Mapear as principais iniciativas de redução de homicídios na América Latina e no Caribe, oferecendo uma visão crítica e independente dessas políticas que possa servir como inspiração para gestores públicos e sociedade civil, e incentivar a discussão e a adoção de novas iniciativas em termos de prevenção de homicídios.

10. Provisão para demandas judiciais

A Entidade está sujeita a processos fiscais, trabalhista, cíveis e outras. Em bases periódicas administração revisa a posição de processos, avalia as probabilidades de eventuais perdas e ajusta a respectiva provisão, quando aplicável, considerando opinião de seus assessores legais os demais dados disponíveis na data de encerramento dos exercícios, tais como a natureza dos processos e os dados históricos. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a movimentação dos processos com probabilidade de perda provável, estão assim demonstradas:

	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro (**)	240.602	32.709
Adição de provisão (*)	-	199.994
Atualização (**)	4.095	7.899
Saldo em 31 de dezembro	244.697	240.602

(*) Durante o exercício de 2014 a entidade constituiu provisão para contingência no valor de R\$ 199.994, vinculado ao contrato nº 017/2012 junto a Secretária de Segurança pública da Bahia.

(**) Corresponde a processo judicial relativo à cobrança em duplicidade do ISS sobre a prestação de serviços realizados no Município de Canoas-RS, a entidade resolveu ingressar com uma ação judicial, solicitando ao juízo a definição do local de recolhimento do ISS (Município de São Paulo/SP ou de Canoas/RS).

Vinculado ao processo de cobrança em duplicidade do ISS, a Entidade possui depósito judicial no mesmo valor da provisão constituída, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Deposito Judicial Ativo	44.703	40.608
Provisão passiva	(44.703)	(40.608)
Total	-	-

11. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social, acrescido do resultado do período (superávit/déficit) ocorrido.

O Fórum não distribui aos seus associados, conselheiros, diretores ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, aplicando tais valores integralmente na consecução do seu objetivo social.

Dessa forma, o déficit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

12. Doações

As doações são recebidas por meio de depósitos identificados em conta corrente bancária em nome da Entidade ou pela utilização de recursos tangíveis ou não que lhe sejam disponibilizados a qualquer título por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacionais ou estrangeiras. Os doadores são entidades jurídicas identificadas e legalmente constituídas no Brasil e no exterior, para as quais são emitidos recibos de doação conforme previsto pela legislação vigente.

13. Prestações de serviços

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas com Prestação de Serviços	455.689	393.806
Impostos sobre as receitas	(38.086)	(39.554)
Receita Líquida de Prestação de serviços	417.603	354.242

As receitas de prestação de serviços são oriundas de contratos firmados entre empresas privadas e empresas públicas no âmbito da segurança pública. No exercício de 2015 foram firmados os contratos com a Escola Superior do Ministério Público da União, para realização do projeto denominado "A investigação dos crimes contra a Administração Pública no Brasil" e com Casa Civil do Estado do Ceará, para realização do projeto: denominado "Pesquisa, desenvolvimento do modelo de gestão e monitoramento do programa pacto por um Ceará pacífico".

14. Despesas com Pessoal

	31/12/2015	31/12/2014
Salários	(353.635)	(435.392)
13º salário	(32.997)	(21.405)
Encargos sociais	(213.619)	(153.330)
Provisão de férias	(60.022)	(21.619)
Bolsa-auxílio	(53.325)	(7.299)
Vale transporte	(11.540)	(5.397)
Rescisões	(24.602)	(34.762)
Vale alimentação e refeição	(46.878)	(29.414)
Assistência médica e odontológica	(44.079)	(38.669)
Outras despesas	(16.875)	(8.975)
Total	(857.572)	(756.262)

15. Despesas Gerais e Administrativas

	31/12/2015	31/12/2014
Materiais de consumo e outros	(23.700)	(13.013)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(1.778.730)	(906.695)
Locações	(112.407)	(88.532)
Serviços de água e esgoto	(419)	(1.057)
Energia elétrica	(6.335)	(3.720)
Viagens e estadias	(432.148)	(219.913)
Telefonia e Internet	(20.987)	(19.623)
Transportes	(28.348)	(11.936)
Refeições	(17.128)	(19.692)
Feiras e eventos	(5.288)	(7.057)
Depreciações e Amortizações	(16.275)	(14.221)
Outros	(30.550)	(16.143)
Manutenções	(16.966)	-
Licença de Software	(11.470)	-
Total de Desp. Gerais e Administrativas.	(2.500.751)	(1.321.602)

16. Despesas e Receitas Financeiras

Receitas Financeiras	31/12/2015	31/12/2014
Rendimentos de aplicações financeiras	75.408	35.017
	75.408	35.017

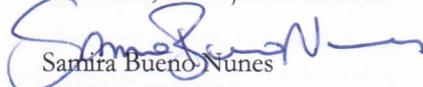
Despesas Financeiras	31/12/2015	31/12/2014
Tarifas bancárias	(10.892)	(7.096)
IOF e IOC	(9.815)	(4.261)
Abono de anuidades	(8.400)	-
Outras despesas financeiras	(1.179)	(1.455)
	(30.286)	(12.812)

17. Cobertura de seguros (não auditado)

A Entidade mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos, dadas as suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores.

São Paulo, 17 de junho de 2016.


 Samira Bueno Nunes
 C.P.F. 34739746840
 R.G. 43880269-X
 Diretora Executiva


 Andreia Marcelli
 C.R.C. 1SP213188/O-1
 C.P.F. 135.692.438-77
 Contadora

* * *